

Avaliação Institucional no Centro de Ciências Rurais/UFSM: constatações de um processo

**Venice Teresinha Grings, Janer Cristina Machado, Claudia Angelita Silveira¹,
Ana Tercia Machado²**

¹ Centro de Ciências Rurais – Universidade Federal de Santa Maria – Caixa Postal
97105900 – Santa Maria – RS - Brasil

² Curso de Graduação em Zootecnia – Centro de Ciências Rurais - Universidade Federal
de Santa Maria – Santa Maria - Brasil

{vgrings@hotmail.com, janercris@terra.com.br, clasilveira@ufsm.br, aninhaaom@hotmail.com}

***Resumo.** Uma IFES possui funções sociais que demandam constante reflexão sobre sua imagem e responsabilidade. Partindo dessa constatação, este artigo aborda o processo de avaliação institucional no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, descrevendo um breve histórico, diagnosticando pontos fortes e constatando avanços obtidos ao longo de duas décadas de avaliação institucional. Aponta para a continuidade de um trabalho que prevê permanente diálogo com diferentes setores da universidade e com outras instituições, visando aperfeiçoar estratégias de informação e divulgação sobre a importância do processo, enquanto parte de uma cultura de avaliação promotora de melhoria constante do centro e da universidade.*

Apresentação

O Centro de Ciências Rurais (CCR) foi criado em 1970, contando hoje com, aproximadamente, 186 docentes, 175 técnicos administrativos e mais de 3300 alunos em cursos de graduação e pós-graduação. Tem como missão ser reconhecido pela sociedade como um Centro de excelência em ensino, pesquisa e extensão, nacional e internacionalmente, visando incentivar a produção de novos saberes e formar profissionais com conhecimentos técnicos e científicos comprometidos com os problemas socioambientais (UFSM, 2015).

O Centro de Ciências Rurais integrou-se pioneiramente ao processo de Avaliação Institucional (AI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que iniciou no ano de 1994, inserindo-se no contexto do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e adequando-se ao exposto no projeto pedagógico da instituição. A avaliação interna do CCR principiou por meio do I Seminário de Avaliação Institucional em nível de CCR, realizado em agosto do referido ano. Posteriormente à realização do seminário, formou-se uma Comissão de Avaliação Institucional, constituída por representantes das chefias de departamentos, coordenações de cursos de graduação e pós-graduação, Unidade de Apoio Pedagógico, técnicos administrativos e acadêmicos da unidade universitária (CIDADE, 1996).

Desde os seus primórdios, o processo de avaliação no CCR compreendeu cinco etapas fundamentais, visando sempre repensar a realidade da instituição e não a aplicação de punições ou incentivo à meritocracia. A primeira etapa consiste na sensibilização da comunidade acadêmica, alertando-os sobre a relevância do processo

avaliativo e de responderem os instrumentos integrantes do mesmo; a segunda dá conta da elaboração dos instrumentos referidos na primeira etapa; a terceira demanda a aplicação dos instrumentos; seguiu-se a quarta com o levantamento e análise das respostas; a avaliação dos resultados obtidos determina o foco da quinta etapa (CIDADE, 1996).

Os resultados da primeira experiência de avaliação interna do centro apontaram para diferentes pontos fracos, sobressaindo a questão da biblioteca setorial, para a qual se demandaram ampliação do espaço e aumento do acervo. Até o fim da década de 1990 e início da de 2000, o CCR foi continuamente solicitado pelas outras unidades universitárias que compõem a UFSM a fim de relatar sua experiência no processo avaliativo, o que impulsionou ainda mais iniciativas de complementação da coleta de dados, análise e discussão dos mesmos, sempre no intuito de sanar pontos fracos e fortalecer pontos fortes diagnosticados.

Ao longo dos seguintes anos, o Centro de Ciências Rurais voltou-se para o aprimoramento do processo de avaliação interna, contemplando novas estratégias de divulgação da importância do mesmo junto à comunidade acadêmica, bem como trabalhando por uma investigação cada vez mais detalhada do diagnóstico obtido, a qual deve abranger docentes, discentes, técnicos administrativos, currículos, chefias e coordenações de curso em sua totalidade. Tais ações contaram com o constante apoio das equipes diretivas da unidade universitária, reforço decisivo no início da inserção ao processo avaliativo da universidade, quando ainda não se dispunha de uma comissão de avaliação central na UFSM, a qual veio a ser implantada no início da década de 2000.

Em 2004, formou-se a primeira Comissão Central de Avaliação Institucional da UFSM, passando a velar pela constituição de equipes nas diferentes unidades universitárias, compostas por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica. Integrando-se ao trabalho desempenhado pelas comissões setoriais, a Comissão Central busca viabilizar o processo avaliativo como um todo, atuando na preparação de instrumentos padronizados e realizando reuniões periódicas para discussão da logística e reflexão/transformação da experiência avaliativa na universidade.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) atualmente vigente na UFSM:

A avaliação deverá auxiliar a Instituição a identificar seus aspectos mais fortes, suas potencialidades, suas carências setoriais e necessidades gerais, definir prioridades e elaborar ações para seu efetivo desenvolvimento institucional. Com isso, pressupõe-se o desenvolvimento de um processo de autoavaliação voltado para a melhoria da qualidade do ensino, articulando as áreas de pesquisa, graduação, pós-graduação, extensão e gestão, tendo em vista a concepção de formação e de responsabilidade social, nos termos definidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A autoavaliação é um processo social e coletivo de reflexão, produção de conhecimentos sobre a Instituição e os cursos, compreensão de conjunto, interpretação e trabalho de transformação. O processo de autoavaliação é coordenado pela Comissão (UFSM, 2011).

Consideramos que a implantação da comissão central foi decisiva para o reconhecimento e consolidação da necessidade do processo avaliativo, uma vez que representou a formalização do apoio político por parte da Administração Central, ampliando o espaço para debate de questões pertinentes ao contexto no todo

institucional e unidades universitárias. Concomitantemente, a instituição das comissões setoriais incrementou o caráter democrático do processo, por considerar as especificidades de cada centro nas vozes de seus representantes e na adequação dos trabalhos de motivação, divulgação, levantamento e análise de dados coletados à realidade de cada contexto, promovendo maior detalhamento e aprimoramento do trabalho.

Destacamos aqui que a condução do processo de Avaliação Institucional do Centro de Ciências Rurais rege-se pelos documentos oficiais como a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996**, os relatórios do PAIUB, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), **Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação**, entre outros.

1. Discussão dos pontos fortes e fracos

Ao longo de sua história, o processo avaliativo do referido Centro acusou entraves recorrentes, principiando por certa estranheza e/ou desconsideração diante da necessidade e relevância da avaliação enquanto componente indissociável do desenvolvimento administrativo e pedagógico da instituição.

A comissão setorial tem desenvolvido constantes iniciativas de sensibilização, buscando informar todos os segmentos sobre a relevância de sua participação no processo avaliativo, bem como a dinâmica dos instrumentos de coleta e análise dos resultados. Porém, observamos que a participação de alunos, professores e técnicos administrativos nessas programações ainda é pouco expressiva, o que acaba por se refletir no baixo índice de respondentes aos questionários de avaliação.

Consideramos que tal fato revela o quanto ainda temos que evoluir no sentido de mobilizar os diversos segmentos a se autoavaliarem e avaliarem seus pares e instâncias gestoras, embora a participação dos referidos segmentos também seja baixa em outros eventos com foco na discussão e reflexão sobre os saberes/fazeres administrativos e pedagógicos do centro e da universidade. A vivência da democracia pressupõe a compreensão e internalização das responsabilidades inerentes a cada um, o que, de certo modo, ainda está em fase de construção para acadêmicos e servidores. Nesse sentido, uma cultura de avaliação ainda é construto incipiente, pelo que sabemos da necessidade de contribuirmos com esse processo, através de um somatório de forças com outras instâncias da instituição, destacando-se as comissões setoriais dos outros centros.

Discutiremos agora os principais pontos fortes e pontos fracos dos processos avaliativos desenvolvidos no CCR, com especial atenção ao último deles, realizado ao fim do ano de 2014.

No tocante aos dados revelados pela análise das respostas aos instrumentos de avaliação, o que observamos, no segmento alunos, como pontos fracos da instituição CCR, são: pouco conhecimento ou desconhecimento do projeto pedagógico de seu curso, o que aponta para apresentação e divulgação insuficientes do mesmo por parte das instâncias competentes nos cursos; hegemonia da pesquisa sobre os outros pilares do ensino universitário, estando as atividades de pesquisa, em boa parte, desvinculadas das de ensino e extensão e sobrepondo-se em importância e valorização sobre essas

duas últimas; predominância de um modelo de ensino informativo e ligado à linha pedagógica e, muitas vezes, concepções pessoais e profissionais defendidas pelos docentes, centrando-se as aulas em metodologias expositivas e na formação de um profissional passivo, limitado à apreensão/reprodução de conceitos e cumprimento de tarefas. Destacaram-se ainda a falta da divulgação e o acesso aos programas voltados para a assistência estudantil, o apoio e o incentivo da unidade de ensino à organização dos estudantes e à participação dos Diretórios Acadêmicos nas discussões e atividades do seu curso.

Já os pontos fortes indicados pelos discentes são a orientação e o acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas nos laboratórios; o corpo docente, quanto à sua experiência, conhecimento, dedicação e comprometimento em relação à proposta do curso; e a atuação do coordenador dos cursos, considerando a melhoria contínua e o atendimento às necessidades dos alunos.

Quanto aos segmentos de professores e gestores, ressaltamos novamente os baixos índices de respostas ao questionário de avaliação, ainda mais expressivos se considerados como advindos de classes que detêm funções de liderança e se impõem como paradigmas comportamentais para outros membros da comunidade acadêmica. Há duas décadas vêm-se discutindo e divulgando o processo de avaliação junto ao corpo discente e gestores do centro, destacando-se o quanto as opiniões e participação dos mesmos são importantes para o andamento das atividades. No entanto, obtivemos pouca resposta às nossas iniciativas, o que nos leva a pensar sobre a dinâmica da formação, tanto dos professores como dos alunos: a primeira por ser incipiente em caráter inicial para muitos dos docentes de nosso centro, não existindo, igualmente, uma conscientização sobre a relevância de uma formação continuada, na qual se possa refletir sobre questões como a da avaliação; a segunda por reproduzir os modelos apreendidos pelos próprios professores que, ao não avaliarem a instituição e se avaliarem, acabam por disseminar junto ao alunado essa mesma postura.

De modo geral, as respostas dos docentes do CCR aos instrumentos de avaliação relatam como pontos fracos pouca participação nos processos de elaboração e consolidação do projeto pedagógico dos cursos em que atuam, o que acreditamos refletir a organização estrutural da própria universidade, que vincula os professores aos departamentos e não aos cursos. Os docentes também tendem a considerar a infraestrutura do centro como pouco satisfatória no que se refere às condições de uso de salas de aula e laboratórios.

Os gestores salientam como pontos fracos a inexistência de uma política de acompanhamento do egresso da Instituição e os critérios de distribuição orçamentária entre as unidades/subunidades da UFSM.

Quanto aos pontos fortes apontados pelos gestores, temos a divulgação e o acesso aos programas voltados para a assistência estudantil, a divulgação e o apoio institucional para a participação da comunidade universitária em eventos científicos, técnicos ou culturais e a divulgação e o apoio institucional para a participação da comunidade universitária em eventos científicos, técnicos ou culturais

Os pontos fracos salientados pelos técnicos administrativos referem-se à falta de incentivo da Instituição para sua participação em eventos de capacitação fora da UFSM (recursos financeiros e liberação pela chefia), a falta de reuniões periódicas no seu setor de trabalho, dificuldade de acesso aos Serviços Odontológico e Médico, o desconhecimento de outras ações voltadas à melhoria da qualidade de vida do servidor promovidas pela Pró-Reitoria. Por exemplo, o Serviço de Atenção à Saúde do Servidor é conhecido por apenas 4,3% dos respondentes.

Finalmente, os pontos fortes salientados pelos técnicos administrativos são o incentivo da Instituição à possibilidade de usufruir de cursos de qualificação (graduação, especialização, mestrado e doutorado), o processo de avaliação pela Instituição no período do estágio probatório, as relações de trabalho, o relacionamento entre colegas e chefia e a satisfação com o trabalho.

Uma carência que percebemos quando do levantamento e análise dos dados é a de uma etapa de avaliação por disciplinas, a qual já foi corrente em nossa instituição, mas deixou de ser realizada há algum tempo. Pensamos que tal instrumento deva ser retomado, pois uma visão de cada disciplina, com seu programa, sua dinâmica de funcionamento, sua condução por parte do ministrante, tende a complementar as demais etapas do processo, oportunizando uma abordagem mais completa, especialmente no que tange ao ensino de graduação, seus problemas e possíveis caminhos de resolução para os mesmos. Por isso, iniciamos esse processo em julho do corrente ano, aplicando um instrumento de avaliação das disciplinas do I semestre aos discentes de graduação, processo esse encerrado em outubro último. Posteriormente, aplicaremos um instrumento similar ao segmento docente, visando complementar o aplicado aos alunos, esperando assim proporcionar uma visão mais ampla do desempenho de cada disciplina e de seu conjunto nos cursos do centro.

2. Ações do processo de Avaliação do Centro de Ciências Rurais

Para a realização das ações, importa considerar as políticas públicas que orientam os processos de avaliação institucional, desde os SINAES até as últimas resoluções. Portanto, algumas ações advêm de origem externa à Instituição, enquanto outras são frutos de resoluções internas, sendo ambas igualmente importantes. Citamos como divisor de águas o repasse de recursos de parte do Ministério da Educação (MEC), o qual representa significativa diferença no processo, pois sem o mesmo as comissões setoriais ficariam na dependência das direções de centro destinarem um percentual razoável à AI. Isso aconteceu anteriormente à determinação de repasse de recurso pelo MEC, assinalando um quadro bastante complexo para as comissões setoriais, que se viam em dificuldades para estabelecer planos de ação e designar aplicações de recursos na incerteza permanente dos valores recebidos.

Em relação às ações da comissão setorial do CCR, gostaríamos de destacar aquelas que são permanentes como, por exemplo, a sensibilização, aplicação e análise dos instrumentos de AI e a tomada de decisões frente ao diagnóstico, identificando os pontos fortes e os problemáticos, além de outros aspectos que são introduzidos no decorrer do processo. Uma das ações permanentes é a discussão sobre o uso do recurso, implementando a cada ano ações diferentes. Citamos dois exemplos criados recentemente como uma parte dele destinada a subsidiar a participação dos estudantes em eventos ligados aos saberes e temáticas dos seus cursos, oportunizando que apresentem trabalhos e, além de diversificarem seu aprendizado, possam modelar um *curriculum vitae* mais rico e adequado às exigências do mercado de trabalho.

Outra ação é a participação na Comissão Central de Avaliação da UFSM, colaborando com o espaço de discussão de aspectos comuns aos diversos centros, assim como partilhando ideias e experiências sobre alternativas e soluções para os problemas apontados nos diagnósticos.

Temos ainda um programa de formação e desenvolvimento pessoal e profissional docente, o qual visa proporcionar um quadro de saberes teórico-práticos intrínsecos à docência, tanto na forma de um curso regular como de eventos diversos, os quais fomentam a formação continuada e mesmo representam a formação inicial em serviço para muitos professores, não apenas do CCR, mas de toda a UFSM. Essa iniciativa é única em nossa instituição, contando com o apoio político da direção do centro de da administração central, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Acreditamos que tal trabalho contribui para o aprimoramento da práxis dos educadores participantes, o que constatamos regularmente por meio da adesão e depoimentos de docentes dos diversos centros.

Outra ação que consideramos de fundamental importância é o projeto de integração e de formação complementar dos estudantes, uma vez que desenvolvemos diversas ações desde a recepção dos alunos ingressantes até espaços formativos que discutam temáticas relevantes e que, em geral, não estão contempladas no currículo formal. Citamos como exemplo as palestras “Neurociência e aprendizagem”, ministrada pela professora Leonor Guerra (Universidade Federal de Minas Gerais); “Competências do comunicador”, ministrada pela fonoaudióloga Carla Viegas; “As inteligências no contexto de aprendizagem”, pela psicóloga Greici Macuglia; “Compromisso ético e político da docência”, pelo professor Ascísio Pereira; “Como e por que melhorar a atenção, concentração e memória?”, com o professor Sandro Benites das Trevas, entre outras realizadas em 2015. Essas palestras não são eventos esporádicos e desconexos, compondo um conjunto de reflexões sobre temas apontados pelos próprios alunos, coordenadores de curso, membros dos colegiados e dos núcleos docentes estruturantes. Os temas possuem uma matriz integrativa que objetiva oferecer uma visão mais ampla e interdisciplinar. Nessa mesma perspectiva de formação complementar, também oferecemos cursos como o de Produção e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, visando atender às necessidades de capacitação oral e escrita dos estudantes do centro.

Ainda em relação aos processos formativos em geral, salientamos que promovemos diversos eventos orientados não apenas para esclarecimentos sobre o processo de avaliação em nossa instituição, mas também intentando dialogar com as experiências de outras instituições de ensino superior (IFES). Citamos aqui como exemplo a palestra realizada no ano de 2014, conduzida pelo Secretário de Avaliação Institucional da Universidade do Rio Grande do Sul, professor Daltro Nunes, a qual foi aberta a todos os segmentos de nosso centro e da UFSM.

Ressaltamos o incentivo à elaboração de projetos de ensino que destinem recursos a iniciativas inovadoras e que correspondam aos problemas apontados por participantes dos diversos segmentos do Centro, especialmente os segmentos docente e discente. Nesses projetos, parte do recurso repassado pelo MEC é destinada ao pagamento de bolsista e elaboração de material didático-pedagógico para professores que apresentem propostas de ensino inovadoras para suas disciplinas.

Mais recentemente, decidiu-se também retomar a avaliação discente das disciplinas dos cursos do centro, para identificar os problemas do ensino de graduação e poder qualificar os processos de ensino e aprendizagem. Esse processo foi descrito ao fim da seção anterior do presente texto.

Uma das ações que estamos prevendo, associada ao diálogo com as outras comissões setoriais e com a comissão central, é a troca de experiências de condução do processo, ressaltando-se a investigação das diferentes estratégias utilizadas pelos outros centros para divulgarem e informarem suas comunidades sobre a avaliação. Paralelamente, também pretendemos alcançar um maior apoio nas etapas de divulgação por parte de órgãos de fomento e da própria Administração Central, a qual pensamos poderia promover ações em maior escala com vistas à disseminação de uma cultura de avaliação entre a comunidade acadêmica. Por outro lado, sabemos, evidentemente, que o trabalho precisa ser direcionado de acordo com cada segmento, pois eles têm suas especificidades e demandam atenção individual.

Finalmente, salientamos a construção de um trabalho de parceria com diversos setores do CCR, como com os coordenadores de cursos que auxiliam em grande parte na realização das diversas ações. Ainda enfrentamos algumas dificuldades em relação à organização de nossas atividades dentro da agenda do centro, mas estamos evoluindo a cada dia, contando com o apoio, por exemplo, do núcleo financeiro do CCR, que nos assessora permanentemente na elaboração e execução do plano de ação.

4. Considerações Finais

Realizar um trabalho de avaliação institucional demanda atenção aos espaços e pessoas que compõem a IFES, sem deixar de lado os projetos pedagógicos (institucional e dos cursos) e o Plano de Desenvolvimento Institucional, no que eles revelam sobre metas e desafios a serem atingidos e superados. Porém, ao mesmo tempo em que se precisam considerar os documentos orientadores, também não se pode prescindir da autonomia de cada contexto, suas peculiaridades. Cada universidade tem uma vocação diferenciada, a qual deve ser respeitada, ainda que salvaguardando-se os princípios universais de atendimento às necessidades básicas em um espaço-tempo que é de ensino e de formação tanto pessoal como profissional.

Nesse sentido, salientamos nosso compromisso em desenvolver um trabalho sério, coerente com a realidade de nosso centro e instituição e transparente no que diz respeito à apreensão e discussão dos resultados. Por isso mesmo, cabe-nos uma interrogação constante, a qual acreditamos ser a base para a continuidade de nossos esforços: até que ponto o processo de avaliação institucional pode contribuir, efetivamente, para a produção e transformação do conhecimento, não apenas atuando como perpetuação de conceitos e comportamentos de certa forma já fossilizados na estrutura da IFES?

Como afirma Saul (1998), “o compromisso principal da avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem suas próprias alternativas”. É aqui, principalmente, que desejamos apoiar o processo, estimulando ações político-pedagógicas que suscitem inovação, buscando integrar ensino, pesquisa e extensão, colaborando para a superação da fragmentação de conceitos e ações que ainda é tão corriqueira na maioria das universidades.

Seguimos trabalhando na direção de agregar o processo de avaliação institucional a outros sistemas de avaliação correntes na IFES e em nosso centro, o que certamente representará considerável conquista no que tange a uma visão de conjunto de quem e o que somos enquanto parte da UFSM, tanto quanto unidade universitária autônoma e comprometida com sua própria transformação.

5. Referências

CIDADE, L.M. **Avaliação Institucional no Centro de Ciências Rurais**: projeto piloto. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

SAUL, A.M. **Avaliação emancipatória**. São Paulo: Cortez, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Histórico do Centro de Ciências Rurais**. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/ccr/index.php/2014-07-21-12-11-57/historico>> Acesso em: 08.jun.2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/be1eb2e0-4629-442e-b1af-79c251e3ac83.pdf>> Acesso em: 08.jun.2015.